

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 7 – Número 0366–29/07 à 02/08/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos do TST*

Destaque da Semana

[Empresas têm até 30 de agosto para preencher o Relatório de Transparência Salarial](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 01/08/2024

De 1 até 30 de agosto, as empresas com 100 ou mais funcionários devem preencher o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios pelo site do Emprega Brasil ([Portal Emprega Brasil](#)), conforme determina a Lei de Igualdade Salarial. Esse é o segundo Relatório que será entregue no ano de 2024. A partir das informações disponibilizadas, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) produzirá outro relatório, que será disponibilizado às empresas até o dia 16 de setembro.

De posse deste relatório do MTE, as empresas devem promover a visibilidade das informações até o dia 30 de setembro, publicando em site, redes sociais ou em instrumentos similares, sempre em local visível, garantindo a ampla divulgação para seus empregados, trabalhadores e público em geral. Já no dia 30 de setembro, o MTE e o Ministério das Mulheres deverão divulgar os dados gerais dos relatórios entregues.

Os dados do primeiro Relatório, fornecidos por 49.587 estabelecimentos, revelaram que as mulheres ganham 19,4% a menos do que os homens na mesma função. No segundo Relatório, não se espera uma redução expressiva desse percentual. “Ainda é cedo para falar em uma redução significativa da desigualdade salarial entre homens e mulheres. Precisamos mudar a cultura que perpetua a ideia de que as mulheres ganham menos e são as primeiras a serem demitidas,” afirma Paula Montagner, subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho do MTE.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Demora na punição garante reintegração de bancário demitido por justa causa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/08/2024

Por unanimidade, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho anulou a demissão por justa causa aplicada a um bancário do Banco do Brasil S.A. em Itarema (CE), acusado de usar cartão do gerente para estornar débitos em sua conta pessoal. A penalidade foi afastada em razão da demora do banco em aplicar a punição.

[Engenheiro de campo não receberá adicional de transferência por acompanhar obras em outros estados](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/08/2024

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um engenheiro de campo de Ribeirão Preto (SP) que pretendia receber o adicional de transferência por ter prestado serviço em diversas cidades. Segundo o colegiado, não ficou comprovada a mudança de domicílio, um dos elementos que caracterizam a transferência.

[TST começa segundo semestre com 100% dos novos processos no PJe](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/08/2024

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Lelio Bentes Corrêa, anunciou, na abertura das atividades do segundo semestre, que todos os novos casos recebidos pelo Tribunal serão processados pelo Processo Judicial Eletrônico (PJe). “Finalmente, podemos dizer que a Justiça do Trabalho é 100% PJe”, afirmou, na sessão do Órgão Especial que marcou a retomada dos julgamentos do Tribunal.

[MPT pode ser acionado em processo para revisão de ação civil pública](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/08/2024

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a legitimidade do Ministério Público do Trabalho (MPT) para figurar como réu numa ação revisional movida pela Arcelormittal Bioflorestas Ltda. contra decisão em ação civil pública que havia resultado em sua condenação. Para o colegiado, o MPT deve responder às ações que estejam no âmbito de suas funções institucionais, uma vez que está legitimado para ajuizar a ação civil pública.

[Técnico que iniciou auxílio-doença durante aviso-prévio terá contrato estendido](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 31/07/2024

A Vale S.A. deverá manter o salário de um técnico em eletromecânica que entrou em auxílio-doença sem relação com trabalho durante o aviso-prévio até o fim do benefício. A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho acolheu recurso da empresa apenas para restringir o pagamento, antes deferido até a decisão final da reclamação trabalhista (trânsito em julgado).

[Agência de viagens é condenada por desistir de recontratar agente por estar grávida](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/07/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho aumentou para R\$ 18 mil o valor da indenização a ser paga a uma agente de viagens pela RRBI Tour Viagens Ltda., que desistiu de recontratá-la após ela informar que estava grávida. Para o colegiado, o valor de R\$ 6 mil fixado na instância anterior era muito baixo para reparar o dano moral sofrido.

Notícias do Executivo

[Mais de 99 mil trabalhadores gaúchos recebem Apoio Financeiro de R\\$ 1.412 nesta sexta-feira \(2\)](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 02/08/2024

O governo federal liberou nesta sexta-feira (2) R\$ 153,2 milhões para 99.624 mil trabalhadores gaúchos. Os recursos são da primeira e da segunda parcela do Apoio Financeiro emergencial de R\$ 1.412,00 para os trabalhadores do Rio Grande do Sul. Além disso, o pagamento da segunda parcela, que seria no dia 5 de agosto, foi antecipado para hoje. Dos 99 mil, 91.776 são trabalhadores formais das 8.575 empresas que estavam dentro da mancha de inundação e foram habilitadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Nestes casos, o valor de R\$ 1.412,00 é para complementar o salário, a empresa paga a diferença e se compromete em não demitir nos próximos dois meses. Além disso, estão recebendo 1.586 aprendizes e 1 estagiário vinculados às empresas que foram habilitadas.

[Governo Federal atualiza NR-01 para incluir riscos psicossociais e reconstitui Comissão do Benzeno](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 01/08/2024

A Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) realizou sua 10ª reunião extraordinária no dia 30 de julho, quando foram discutidos e aprovados pontos de pauta cruciais que impactam diretamente a regulamentação e a segurança no ambiente de trabalho. Um dos destaques é a recente atualização do Capítulo 1.5 da Norma Regulamentadora (NR-01), que trata do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), considerada a “norma mãe” das regulamentações laborais, fundamental para a proteção dos trabalhadores no Brasil. De acordo com o diretor do Departamento de Se-

gurança no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Rogério Araújo, esse é um marco significativo para a segurança e saúde no trabalho.

[Ministros Wellington Dias e Luiz Marinho reforçam compromisso com trabalho digno na área de cuidados](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 01/08/2024

Na reunião realizada nesta quarta-feira (31), em Brasília, os ministros do Trabalho e Emprego (MTE), Luiz Marinho, e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Wellington Dias, comemoraram a queda do desemprego no país e detalharam os avanços no plano da Política Nacional de Cuidados. A iniciativa visa ampliar a rede de apoio a crianças, pessoas com deficiência, idosos e, especialmente, fortalecer as condições de trabalho dos cuidadores.

[País gerou 1.3 milhão de postos de trabalho formais de janeiro a junho de 2024](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 30/07/2024

O Brasil gerou em junho 201.705 postos de trabalho com carteira assinada, resultante de 2.071.649 admissões e 1.869.944 desligamentos. No acumulado do ano, já foram gerados 1.300.044 postos, e nos últimos 12 meses, o total de vagas geradas chega a 1.727.733. O estoque total recuperado para o Caged chegou a 46.817.319 postos de trabalho formais. Os dados do Novo Caged foram divulgados nesta terça-feira (30) pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, em coletiva à imprensa.

[Proteção social da população idosa alcança 83,4% no Brasil](#)

Ministério da Previdência Social - 01/08/2024

No Brasil, em 2022, um total de 27 milhões de pessoas idosas estavam socialmente protegidas. Isso representa uma taxa de proteção previdenciária e assistencial de 83,4% das pessoas com 60 anos de idade ou mais. É o que mostra um estudo realizado pela Coordenação-Geral de Estudos e Estatística do Ministério da Previdência Social (MPS). Os estados com maior índice de proteção são Piauí (91,8%), Maranhão (89,4%) e Rio Grande do Sul (89%).

[Previdência Social e IBGE assinam acordo de cooperação para geração de estudos estatísticos sobre a seguridade](#)

Ministério da Previdência Social - 29/07/2024

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, e presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marcio Pochmann, assinaram, nesta segunda-feira (29), um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para geração de estudos estatísticos sobre a seguridade no Brasil. O ato ocorreu após a abertura da Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

[Seminário reflete sobre a relação entre o sofrimento psíquico e o trabalho](#)

Fundacentro - 01/08/2024

O sofrimento psíquico, uso de drogas e trabalho são os temas que serão abordados durante o “Seminário RBSO 50 anos”, promovido pela Revista Brasileira de saúde Ocupacional, no dia 14 de agosto, das 14h às 15h30. O evento será transmitido pelo [canal da Fundacentro no YouTube](#). Sob a coordenação do editor associado da RBSO, José Marçal Jackson Filho, o seminário contará com palestra de Fábio José Orsini Lopes, professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR). Itamar José Félix-Junior, professor da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), será o debatedor.

[Saúde mental é objeto de estudos epidemiológicos em pesquisas realizadas na Bahia](#)

Fundacentro - 31/07/2024

A prevalência de transtornos mentais comuns (TMC) associados ao trabalho tem sido foco de diversos estudos dado o aumento de sua ocorrência nos últimos anos. Destaca-se a depressão, um dos problemas mais graves de saúde pública no mundo e responsável por elevados custos emocionais e econômicos. No Brasil, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) mostra aumento de 34,2% entre os anos de 2013 e 2019.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Audiência em Recife marca implementação do Comitê Estadual de Investigação de Acidentes de Trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/08/2024

O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PE) e a Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SES-PE), por meio da Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária (Apevisa), da Gerência de Vigilância em Saúde do Trabalhador, e do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Pernambuco (CEREST PE), promoveram, na tarde da última quarta-feira (31), reunião que marcou a implantação do Comitê Estadual de Investigação de Acidentes de Trabalho (CERVOT). A audiência, promovida no auditório da sede da regional do MPT-PE, em Recife, convocou instituições, sindicatos e municípios a integrarem o comitê.

[MPT-PR promove audiência pública para discutir equidade racial no mundo do trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/08/2024

O Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR) promove, na próxima quarta-feira (7 de agosto), uma audiência pública sobre equidade racial no mundo do trabalho. O evento vai reunir, no auditório da sede do MPT-PR, em Curitiba, representantes de movimentos sociais, prefeituras e empresas para discutir o tema.

[Decisão obriga hospital de Maceió a cumprir cota de aprendizes](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/08/2024

O Ministério Público do Trabalho em Alagoas (MPT-AL) obteve decisão judicial em

segunda instância para o cumprimento da cota de aprendizagem pela Fundação Hospital da Agroindústria do Açúcar e do Alcool de Alagoas, popularmente conhecida como Hospital Veredas. Na ocasião, a Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região determinou que a unidade hospitalar cumpra a taxa de contratação estipulada de aprendizes em até 60 dias.

[Vice-PGT defende, no TST, igualdade de oportunidade para todas as pessoas](#)

Ministério Público do Trabalho - 01/08/2024

A vice-procuradora-geral do Trabalho (vice-PGT), Maria Aparecida Gugel, defendeu a continuidade da parceria entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Justiça do Trabalho. Ela representou o MPT na quinta-feira (1º.8) durante a 8ª Sessão Ordinária do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que marcou a abertura do segundo semestre judiciário. A representante enfatizou a importância de todos que atuam na área de gestão prosseguir buscando, também internamente, a igualdade de oportunidade para todas as pessoas.

[MPT reúne entidades sindicais para falar sobre diversidade na Paraíba](#)

Ministério Público do Trabalho - 01/08/2024

Sensibilizar as entidades sindicais para a importância da diversidade e debater iniciativas que fomentem essa prática. Este foi o objetivo da audiência coletiva realizada na Sede do Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB), em João Pessoa, na terça-feira (30), e que reuniu diversas lideranças sindicais do Estado. A iniciativa faz parte do 'Projeto Sindicalismo e Diversidade', da Coordenadoria de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social (Conalis) do MPT.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Brasil de Fato destaca déficit de Auditores Fiscais do Trabalho e os consequentes prejuízos para os trabalhadores](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 29/07/2024

O site Brasil de Fato divulgou nesta segunda-feira, 29 de julho, matéria em que destaca o déficit de Auditores Fiscais do Trabalho e a consequência para o combate ao trabalho degradante. A diretora do SINAIT Rosa Jorge foi entrevistada sobre o assunto e afirma que há muito descumprimento da legislação trabalhista, nos dias de hoje. A realização de concurso público para o cargo, no próximo dia 18, segundo a matéria, não resolve o déficit de Auditores, que é de 1.756.

Outras Notícias

[Operadora de teleatendimento trans será indenizada por desrespeito a nome social](#)

Consultor Jurídico - 03/08/2024

Uma operadora de teleatendimento transexual será indenizada em R\$ 10 mil por não ter seu nome social respeitado no ambiente de trabalho. Ela também era impedida de utilizar o banheiro feminino da empresa. A decisão é da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA).

[Prova de geolocalização na Justiça do Trabalho: o papel do Veritas](#)

Consultor Jurídico - 02/08/2024

A prova digital de geolocalização tem ganhado destaque na Justiça do Trabalho, sendo uma ferramenta crucial em diversos processos. A evolução das tecnologias de rastreamento e a crescente adesão aos dispositivos móveis têm possibilitado o uso desses dados como evidência objetiva. Este artigo explora os impactos dessa prática, destacando o papel do sistema Veritas após a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

[Insegurança jurídica na Justiça do Trabalho é principal problema para investir no Brasil](#)

Consultor Jurídico - 01/08/2024

O principal problema atualmente na convivência entre quem quer investir no Brasil e os empreendedores que buscam aportes é a insegurança jurídica causada por decisões controversas da Justiça do Trabalho. Essa avaliação é do advogado Décio Freire, sócio-fundador da banca que leva o seu nome, e foi feita em entrevista à série Grandes Temas, Grandes Nomes do Direito.

[Chamada de 'legítima baiana', auxiliar administrativa será indenizada em R\\$ 15 mil](#)

Consultor Jurídico - 01/08/2024

Uma auxiliar administrativa de Salvador será indenizada em R\$15 mil por sofrer assédio do chefe. Entre as ofensas que recebia, ela era chamada, junto com outras funcionárias, de gostosa e de “legítima baiana”. De acordo com decisão da 4ª Turma do TRT da Bahia, a empresa Manpower Staffing Ltda terá que indenizar a trabalhadora em R\$15 mil. A LG Eletronics do Brasil Ltda, onde ela prestava serviços, responde ao processo de forma subsidiária, isto é, assume o encargo caso a empresa principal não efetue o pagamento.

[Trabalhadora que não foi promovida por estar grávida deve ser indenizada](#)

Consultor Jurídico - 31/07/2024

Com o entendimento de que a empresa adotou conduta discriminatória contra a trabalhadora, a 16ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) condenou a empregadora a pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 70 mil a uma empregada que não foi promovida por estar grávida.

[Petrobras deve pagar R\\$ 1 milhão a vítima de acidente de trabalho](#)

Consultor Jurídico - 31/07/2024

A Súmula 25 do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) estabelece que quando a atividade exercida pelo empregador implicar, por sua própria natureza, risco acentuado para o empregado, a obrigação da empresa é indenizar o dano moral decorrente de acidente de trabalho quando comprovado o dano e o nexo de causalidade.

[TRT-2 condena banco a indenizar trabalhador vítima de homofobia](#)

Consultor Jurídico - 29/07/2024

A 8ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) manteve a indenização por danos morais a um bancário que sofria ofensas homofóbicas dos vigias no local de trabalho. O valor foi reduzido para R\$ 30 mil após

o afastamento de uma das lesões morais alegadas.

[Um ano após sua entrada em vigor, Lei da Igualdade Salarial resulta em batalha de liminares](#)

Consultor Jurídico - 29/07/2024

Um ano após sua publicação, a Lei da Igualdade Salarial vem sendo contestada por empresas na Justiça. A principal regra questionada é a da publicação dos relatórios de transparência salarial e de critérios remuneratórios. Algumas liminares já foram concedidas para afastar tal exigência por violações à liberdade empresarial e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), embora especialistas no assunto entrevistados pela revista eletrônica Consultor Jurídico não concordem com essa interpretação.

[Seguro-desemprego: Prescrição inicia após ciência do pedido administrativo](#)

Migalhas - 03/08/2024

Por maioria, a TNU - Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais estabeleceu que o prazo de prescrição quinquenal para ações de seguro-desemprego começa na data da ciência do indeferimento administrativo. Confira a tese (Tema 356): "O termo inicial da prescrição quinquenal para ajuizamento de demanda em que se postula o benefício de seguro-desemprego é a data da ciência do indeferimento administrativo."

[Pedreiro que adoeceu por exposição a amianto receberá pensão vitalícia](#)

Migalhas - 02/08/2024

A 7ª turma do TRT da 3ª região condenou uma empresa ao pagamento de indenização por danos morais em R\$ 300 mil e pensão vitalícia a um ex-funcionário que desenvolveu doenças ocupacionais decorrentes da exposição ao amianto. Nos autos, o homem alega que trabalhou para a reclamada nos períodos de 13/3/68 a 25/6/68 e 3/10/72 a 30/3/96, nas funções de servente e pedreiro. Conta que durante o contrato com a empresa, esteve em permanente contato com fibras de amianto dispersas no ar, e que foi diagnosticado com asbestose e placas pleurais. Assim, requereu indenização e pensão vitalícia.

[Moraes vota para equiparar licença-maternidade de mães biológicas e adotantes](#)

Migalhas - 02/08/2024

Teve início nesta sexta-feira, 2, no STF, julgamento que busca equiparar o período de licença maternidade para mães biológicas e adotantes, tanto na iniciativa privada quanto para funcionárias públicas. O relator, ministro Alexandre de Moraes conheceu parcialmente da ação, e manifestou-se pela inconstitucionalidade da diferenciação entre o período para mães gestantes e adotantes.

[TRT-18 nega ação civil pública do MPT contra terceirização de aeronautas](#)

Migalhas - 02/08/2024

O TRT da 18ª região, por meio da 3ª turma, julgou improcedente ação civil pública movida pelo MPT contra diversas empresas do setor privado de aviação. A ação alegava terceirização ilícita de pilotos e copilotos, mas foi considerado que a presença dos elementos caracterizadores da relação de emprego deve ser analisada caso a caso.

[Trabalhador discriminado por usar brincos será indenizado em R\\$ 12 mil](#)

Migalhas - 02/08/2024

Ex-funcionário de loja de utilidades domésticas teve sua demissão convertida em dispensa sem justa causa e será indenizado após comprovar, na Justiça, que sofreu discriminação por usar brincos. A sentença, proferida pela juíza do Trabalho Mara Cristina Pereira Castilho, da 9ª vara do Trabalho de São Paulo/SP, considerou que, devido ao ambiente discriminatório, o funcionário foi forçado a pedir demissão.

[Técnico de enfermagem dispensado após tentar suicídio será reintegrado e indenizado](#)

Migalhas - 01/08/2024

Técnico de enfermagem deverá ser reintegrado ao trabalho e receberá indenização de R\$ 20 mil após ter sido dispensado de forma discriminatória. A decisão foi tomada pela 7ª turma do TRT da 3ª região, que, por maioria de votos, deu provimento ao recurso do trabalhador e modificou a sentença, que havia rejeitado os pedidos.

[Trabalhadora chamada de “macumbeira” por colegas será indenizada](#)

Migalhas - 30/07/2024

Juíza do Trabalho Regiane Ferreira Carvalho Silva, da 10ª vara de Fortaleza, condenou uma empresa de tecnologia a pagar indenização de R\$ 20 mil a uma funcionária chamada de “mãe de santo” e “macumbeira” por colegas de trabalho. A magistrada concluiu que a trabalhadora sofreu abusos decorrentes de intolerância religiosa.

[Juiz valida cláusula arbitral e extingue ação envolvendo fim de sociedade](#)

Migalhas - 22/07/2024

O juiz de Direito Eduardo Palma Pellegrinelli, da 2ª vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem de SP extinção de um processo sem resolução do mérito devido à existência de uma cláusula compromissória de arbitragem. A decisão ocorreu no contexto de uma ação de dissolução parcial de sociedade e apuração de haveres envolvendo o autor e uma empresa de segurança.

[Por assédio moral, trabalhador do Coco Bambu terá rescisão indireta](#)

Migalhas - 26/07/2024

Trabalhador do restaurante Coco Bambu teve o reconhecimento de assédio moral e rescisão indireta do contrato de trabalho. A decisão, proferida pelo juiz de Direito Gabriel Garcez Vasconcelos, da 20ª vara do Trabalho de São Paulo/SP, ao observar o descumprimento das obrigações contratuais pela empresa e evidências de tratamento abusivo por parte dos superiores.

[Casal que viajaria à Europa é barrado pela PF por dívida trabalhista](#)

Migalhas - 29/07/2024

Juiz do Trabalho Marcos Rafael Pereira Pizino, da 5ª vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, impediu um casal de empresários de viajar ao exterior devido a uma dívida trabalhista superior a R\$ 500 mil. No dia 10 de julho, eles tentavam embarcar para a Europa no aeroporto de Guarulhos/SP, quando tiveram seus passaportes retidos pela Polícia Federal.

[A prevenção dos adoecimentos mentais relacionados ao trabalho deverá integrar o GRO](#)

Revista Proteção - 02/08/2024

Entre os desdobramentos da recente reunião da CTPP (Comissão Tripartite Paritária Permanente), realizada no último dia 30 de julho, em Brasília, um em especial repercutiu ao longo da semana na área de Saúde e Segurança do Trabalho. A possibilidade de inclusão dos riscos psicossociais no GRO (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais). A proposta é que as empresas passem a identificar esses parâmetros no GRO, visando um cuidado com a saúde mental dos colaboradores.

[Para sindicato, elevar financiamento em estruturas dos CERESTs é bom, mas profissionais ainda seguem em situação precária](#)

Revista Proteção - 01/08/2024

O governo federal anunciou um reajuste de 100% no repasse aos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESTs). A parcela única para habilitação de centros subiu de R\$ 50 mil para R\$ 100 mil, e os repasses mensais de custeio agora são de R\$ 80 mil para centros estaduais, R\$ 60 mil para regionais e R\$ 50 mil para municipais.

[Reunião da CTPP delibera novo texto para o capítulo do GRO da NR 1 e aprova alterações em outras normas](#)

Revista Proteção - 01/08/2024

A nova redação do Capítulo 1.5 – Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), da NR 1, foi avaliada e deliberada nesta terça-feira, 30, na reunião extraordinária da CTPP (Comissão Tripartite Paritária Permanente), em Brasília. O novo texto mantém a atual sistemática do GRO-PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos), com a identificação de perigos, avaliação dos riscos e adoção de medidas de prevenção, mas vários itens tiveram alteração no texto para trazer maior clareza. O objetivo é melhorar a implementação do GRO.

[IA Generativa poderia transformar milhões de empregos na América Latina e Caribe, mas a brecha digital impõe desafios](#)

Organização Internacional do Trabalho - 31/07/2024

A Inteligência Artificial Generativa (IAGen) poderia transformar significativamente os empregos e aumentar a produtividade na América Latina e no Caribe, mas as lacunas existentes na infraestrutura digital poderiam prejudicar seus benefícios potenciais, de acordo com um novo estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco Mundial. O relatório [“A IA Generativa e os empregos na América Latina e no Caribe: a brecha digital é um amortecedor ou um gargalo?”](#) (em inglês [“Buffer or Bottleneck? Employment Exposure to Generative AI and the Digital Divide in Latin America”](#)) conclui que entre 26% e 38% dos empregos na região poderiam ser influenciados pela IAGen.

[OIT pede ao G20 para reduzir as desigualdades, promover a igualdade de gênero e incentivar a diversidade no mundo do trabalho](#)

Organização Internacional do Trabalho - 30/07/2024

O diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Gilbert F. Houngbo, instou os Ministros do Trabalho e Emprego do G20 a tomarem medidas decisivas para reduzir as desigualdades, promover a igualdade de gênero e incentivar a diversidade no local de trabalho. Durante a reunião de alto nível, realizada pelo Brasil na cidade de Fortaleza nos dias 25 e 26 de julho, os ministros e as ministras concordaram com um conjunto abrangente de medidas para abordar os desafios do mercado de trabalho global, garantir transições justas e promover o trabalho decente.

[Setor da construção gera mais de 180 mil novos empregos no 1º semestre de 2024](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 30/07/2024

O mercado de trabalho da indústria da construção apresentou resultados notáveis no primeiro semestre de 2024, fortalecendo as projeções de crescimento do setor. A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) revisou a expectativa de alta do PIB da Construção Civil de 2,3%, divulgada em março, para 3% no dia 29 de julho, durante coletiva com o presidente da entidade, Renato Correia, a economista da CBIC, Ieda Vasconcelos, e o gerente de análise econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Marcelo Azevedo.

[Live da ENIT destaca avanços na segurança do trabalho e normas técnicas](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 29/07/2024

Na última sexta-feira, 26 de julho, a Escola Nacional da Inspeção do Trabalho Segurança em Máquinas e Equipamentos (ENIT) promoveu uma live no YouTube com o tema “Dia Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho – CANPAT 2024”. O evento teve como objetivo destacar a importância de ambientes de trabalho seguros e produtivos, tanto para as empresas quanto para os trabalhadores e para o país.

Atos Normativos

[PORTARIA INTERMINISTERIAL MTE/MDHC Nº 15, DE 26 DE JULHO DE 2024](#) (DOU de 29/07/2024, Seção I Pág. 200) - Estabelece no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão, bem como dispõe sobre as regras que lhes são aplicáveis;

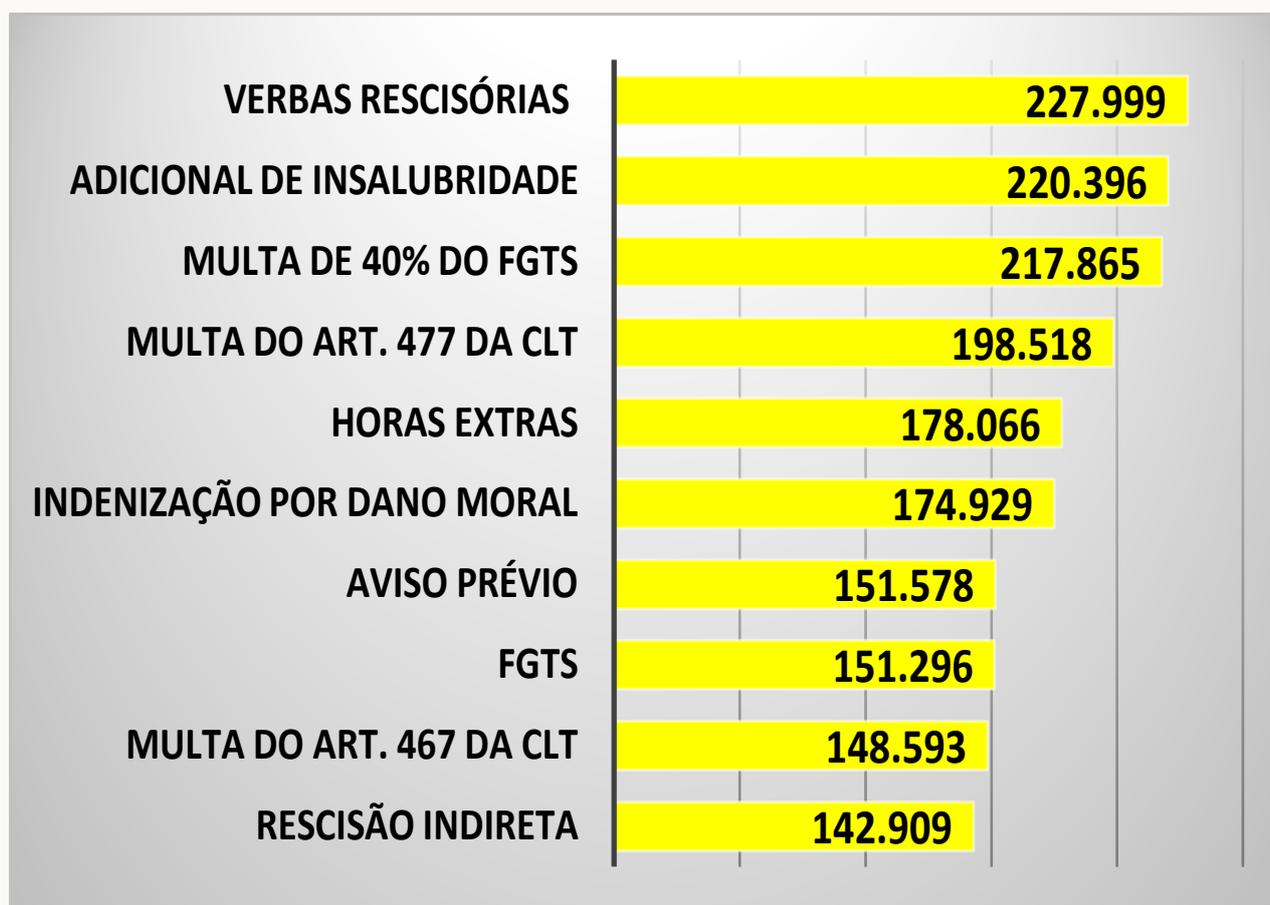
[PORTARIA MTE Nº 1.259, DE 26 DE JULHO DE 2024](#) (DOU de 29/07/2024 Seção I Pág. 203) - Prorroga o início da vigência da Portaria MTE nº 3.665, de 13 de novembro de 2023;

[DECRETO Nº 12.122, DE 30 DE JULHO DE 2024](#) (DOU de 31/07/2024 Seção I Pág. 05) - Institui o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

[RESOLUÇÃO ANM Nº 175, DE 1º DE AGOSTO DE 2024](#) (DOU de 02/08/2024 Seção I Pág. 165) - Altera a Resolução ANM nº 95, de 7 de fevereiro de 2022, que consolida os atos normativos que dispõem sobre segurança de barragens de mineração.

Dados estatísticos do TST

Os 10 (dez) itens no Ranking de Assuntos mais Recorrentes na Justiça do Trabalho até maio de 2024 (quantidade de processos):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice- Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula